LEI N° 653/2013

Dispõe sobre alteração da Lei n°. 283/2008, a qual prevê acerca da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, no Município de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu, **Gilmar Paixão**, Prefeito de São Jorge D'Oeste – PR, sanciono o seguinte:

LEI

Art. 1.º - O artigo 19 da Lei Municipal n° 283/2008 de 16 de dezembro de 2008, passa a ter a seguinte redação:

Art. 19. Somente poderão ser escolhidos os candidatos que preencherem os seguintes requisitos:

I - Reconhecida idoneidade moral, que deverá ser comprovada mediante certidões judiciais, extra-judiciais ou notarias, policiais, administrativas e declaração de pessoa idônea;

II - Idade superior a vinte e um anos;

III - Residir no Município de São Jorge D'Oeste há mais de dois anos;

IV – Ser eleitor no município de São Jorge D'Oeste e estar quite com a justiça eleitoral;

V - Reconhecida experiência na área de defesa ou atendimento dos direitos da criança e do adolescente, devidamente comprovada mediante documentação idônea e aplicação de prova de conhecimentos específicos, sendo que o candidato deverá obter no mínimo 60% (sessenta por cento) de acertos na prova;

VI – Possuir Cadeira de Habilitação até noventa dias após a nomeação;

VII – Comprovar mediante certidão do cartório distribuidor da comarca não estar sendo processado criminalmente ou ter contra si sentença criminal condenatória transitada em julgado.

§ 1º - Os membros do Conselho Tutelar que pretenderem concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar deverão pedir afastamento no ato de sua inscrição, sob pena de indeferimento da mesma, sem a percepção de remuneração.

§ 2º Os membros do Conselho Tutelar que pretenderem concorrer reeleição do cargo de Conselheiro Tutelar deverão apresentar comprovante de participação em cursos de capacitação com carga horária de no mínimo 60 hs a partir de 2011.

§ 3º - No caso da inexistência de suplentes, poderá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Ministério Público, indicar ao Executivo, pessoas de preferência que já tenham ocupado tal cargo para servir o Conselho Tutelar, até a respectiva eleição, cuja remuneração deverá ser idêntica ao do Conselho Tutelar em vigor.

§ 4º - A prova de conhecimento a que se refere o inciso V deste artigo, é de caráter eliminatório, e será elaborada e aplicada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Ministério Público, e será realizada até dez dias após o encerramento das inscrições.

§ 5º - Os critérios de avaliação e classificação pertinentes à prova de conhecimento serão consignados no respectivo EDITAL DE ELEIÇÃO.

§ 6º - O Ministério Público e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão publicar, no prazo de 5 (cinco) dias, a relação dos candidatos aprovados na prova de conhecimento, conforme previsto no parágrafo 2º deste artigo.

Art. 2º. Revogam-se disposições em contrário.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge
D'Oeste – PR, aos doze dias do mês de
novembro de 2013, 50º ano de emancipação.**

**Gilmar Paixão
Prefeito**